

De estudantes a cidadãos

Redes de jovens e participação política

Ann Mische

Universidade de Columbia

Este artigo faz parte de tese de doutorado defendida na New School for Social Research e envolveu dois anos de pesquisa de campo com várias organizações políticas e sociais de jovens brasileiros nos anos 90. Agradeço os comentários de Helena Abramo, Mustafa Emirbayer, Fernando Rossetti Ferreira, Maria da Gloria Gohn, Carlos Antonio Costa Ribeiro, Salvador Sandoval, Charles Tilly, e Harrison White.

Cinco anos depois das manifestações juvenis que animaram o país e ajudaram a derrotar um presidente, esses eventos ainda inspiram surpresa e mistificação. A convergência dramática dos “caras pintadas” nas ruas das principais cidades brasileiras em agosto de 1992 tem gerado interpretações contraditórias, desde as celebrações eufóricas do “renascimento” da resistência estudantil de três décadas atrás, até as manipulações cínicas dos meios de propaganda, usando a “grife” dos caras pintadas para vender roupas, cursinhos, e computadores. Até hoje há poucas tentativas sérias de analisar as origens e os impactos desses eventos em termos da especificidade histórica dessa corte de jovens. Neste ensaio, procuro examinar as manifestações de 1992 numa perspectiva histórica, analisando tanto as mudanças nas relações sociais, quanto as reformulações político-culturais que influíram na participação dos jovens brasileiros nas últimas três décadas.

Começemos com as palavras de um dos jovens que se destacou na época: “O movimento estudantil hoje é outro (...) mudou pelos próprios estudantes. Eles despertaram e começaram a descobrir o que é

lutar verdadeiramente pela cidadania. É uma geração que tem consciência de cidadania”¹. Além do heroísmo, essa declaração de Lindberg Farias, presidente da União Nacional dos Estudantes na época, levanta uma série de perguntas críticas para a análise da participação política da juventude. De que consiste essa nova “consciência de cidadania”? De onde surge a nova identidade “cívica” entre os jovens, e como se distingue da identidade estudantil dos anos 60? Dada a heterogenidade e dispersão das várias “juventudes” dos anos 90, quais são os fatores que contribuíram, ainda que provisoriamente, para sua convergência no movimento pelo impeachment e, ao mesmo tempo, quais as contradições e tensões sociais que também se manifestaram? Finalmente, quais são as perspectivas levantadas para a futura participação dos jovens, tanto em relação à consciência e aos projetos pessoais, quanto em relação aos grupos e movimentos que contribuem

¹ Entrevista com Lindberg Farias no caderno *Folha-teen*, 28/6/93.

de diversas maneiras à sociedade organizada do país?

Para aprofundar a análise dessas questões, precisamos de instrumentos adequados à complexidade da dinâmica social que leva à formação de novas identidades e projetos de ação. Na consideração da “cidadania juvenil”, aponto para uma reformulação teórica da noção de identidade coletiva — e sua relação com a estrutura ou a posição social — questionando as visões estáticas e pré-deterministas que geralmente acompanham tais conceitos. Precisamos de uma nova ótica teórica capaz de englobar a multiplicidade de relações e significações sociais, e o caráter interativo e processual de toda experiência social. Essa ótica deve visar tanto os mundos interativos dos jovens, quanto as relações emergentes entre os grupos organizados, e os pontos de convergência ou distanciamento entre os dois. Sugiro aqui que a análise sistemática de “redes” interpessoais e organizacionais, focalizando a “multivalência” de discursos e ações, pode abrir novos caminhos na compreensão de como a cultura política é reformulada através da ambiguidade conflituosa das interações sociais.

A batalha das interpretações

Quando milhares de jovens brasileiros — a maior parte de classe média — saíram às ruas para protestar contra a corrupção no governo do presidente Fernando Collor de Melo, eles pegaram a maioria dos brasileiros (incluindo os próprios jovens) de surpresa.² Reportagens na grande imprensa retratavam o ceticismo e desinteresse político da

² Segundo estimativas policiais, as primeiras manifestações em 11 de Agosto (o Dia dos Estudantes) mobilizaram 10.000 em São Paulo. Foram seguidas por uma onda de manifestações em várias cidades brasileiras, incluindo atos de 20.000 a 40.000 no Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, e outras cidades. O movimento culminou em um grande ato no dia 25 de agosto, que mobilizou mais de 200.000 pessoas em São Paulo.

“geração shopping center”, nascida durante a ditadura e criada entre as expectativas crescentes e decepções sucessivas da lenta e conservadora transição à democracia. Quando a constituição de 1988 estendeu o voto para jovens de 16 anos, só a metade dos jovens esperados tirou o título de eleitor. Uma pesquisa na *Folha de São Paulo*, alguns meses antes das eleições de 1989, indicou que embora a maioria dos jovens aprovassem ideais como “liberdade” e “participação”, muitos duvidaram se as instituições democráticas brasileiras constituiriam os melhores meios para realizar esses fins. Em 1991, uma pesquisa da agência de publicidade McCann Erickson declarou que, “em contraste com seus pais, que queriam mudar o mundo, a próxima geração está mais interessada em melhorar a própria vida... Os jovens de hoje não se interessam por qualquer tipo de manifestação social. Vivem para resolver seus projetos pessoais.”³

Devido à percepção predominante de apatia e individualismo juvenil, o inesperado entusiasmo político dos jovens em 1992 gerou amplo comentário e debate. Nos dias e meses depois das manifestações, diversos atores — a mídia, educadores, representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais e organizações estudantis — batalharam para dar interpretações públicas dos eventos imprevistos. Surgiram comparações nostálgicas com a oposição estudantil dos anos 60, que começou com a campanha pela reforma universitária e se radicalizou ao longo de vários anos de confronto com a ditadura militar. O movimento estudantil foi brutalmente esmagado em 1968 com a prisão, perseguição, morte ou exílio da maior parte das lideranças, muitas das quais entraram em grupos clandestinos de resistência armada durante os anos 70. A nostalgia dessa época influenciou tanto na confluência dos eventos como nas interpretações *post-hoc*; não foi por coincidência que as manifestações

³ A pesquisa de McCann Erickson sobre os jovens brasileiros faz parte de um perfil maior da juventude na América Latina. *Jornal da Tarde*, 30/5/91.

anti-Collor aconteceram no final da mini-série da Rede Globo *Anos Rebeldes*, que cativou a audiência jovem com seus personagens simpáticos e sua visão romântica do movimento de 68, e certamente serviu como inspiração nas semanas exaltadas de agosto de 1992.

Apesar da evocação da memória de 68, há fortes diferenças entre os dois episódios de mobilização juvenil. Enquanto as mobilizações anteriores foram conduzidas num campo político polarizado entre o Estado militar e a oposição estudantil, os caras pintadas foram atores privilegiados em uma ampla mobilização da sociedade civil e política contra o governo Collor. Depois da revelação de uma extensa rede de patrocínio coordenada pelo assessor Paulo César Farias, o governo ficou mais e mais isolado, enquanto as bandeiras da moralidade pública e da “ética na política” ganharam força na imprensa, nas organizações civis e nos partidos de oposição. Isso tocou numa grande reserva de frustração pública com o clientelismo e a corrupção crônica do sistema político. Nesse clima, a participação entusiasmada dos jovens nas passeatas pelo *impeachment* — organizados pelas entidades estudantis, apoiados pelos partidos e entidades civis, e divulgados pela grande imprensa — não pode ser chamada de “independente” ou “espontânea”, pois eles receberam amplas formas de apoio oficial e não-oficial, o que fica evidente no ceticismo deste comentário jornalístico:

Nos anos 60, as passeatas eram na hora do “rush”, para chamar atenção e buscar adesão do povo: “Você é explorado, não fique aí parado” (...) Saldo do dia: estudantes mortos, policiais feridos e quebra-quebra nas ruas. À noite, o Reporter Esso falava do clima de guerra civil no centro da cidade, mas não mostrava imagens (...) Nos anos 90, a liderança sobe nos palanques montados pela prefeitura e pelo governo do Estado, a repressão ajuda a interromper o trânsito, as palavras de ordem viram jingles, os rostos estão pintados, e, à noite, o “Globo Repórter” dedica uma hora, em horário nobre, para nova “onda teen”.

Há um aparato que garante a segurança dos manifestantes, de ambulâncias a bombeiros. Profissionais

do ramo distribuem banderinhas de partidos de oposição. Suspeita-se que alguns manifestantes, que não arredam o pé da frente do palanque, sejam contratados por políticos em campanhas. Um tom oficial entra em choque com a espontaneidade juvenil. Ratazanas da política procuram aproveitar de manifestantes ingênuos...

Nos 60, a visita do banqueiro Rockefeller gerou protestos: criticavam a presença no país do representante de imperialismo. Hoje, a FIESP está presente, e se o presidente da cadeia de lojas 7-Eleven ou a diretoria da Nike visitarem o Brasil, periga serem convidados a subir no palanque. Não há compromissos ideológicos vinculados aos padrões marxistas. Mas há democracia. (Marcelo Rubens Paiva, *Folha de São Paulo*, 19/9/92).

Embora não seja verdade que os compromissos marxistas estivessem completamente ausentes das manifestações pelo impeachment, outra diferença notável em relação aos anos 60 foi a subordinação dos discursos tradicionais da esquerda à linguagem mais expansiva e universalizante de “cidadania.” O discurso do Movimento pela Ética na Política focalizou a defesa das instituições democráticas (as ditas “regras do jogo”), conseguindo manter a unidade provisória na medida em que deixou de lado as questões mais conflituosas sobre o futuro social e econômico do país. Nesse sentido, os jovens estavam participando — pelo menos em teoria — não como radicais ou conservadores, socialistas ou liberais, membros de grupos políticos, ou até como “estudantes”, mas como “cidadãos-em-formação”, tentando resgatar a “democracia-em-formação” da herança de corrupção e impunidade pública. Esse redirecionamento no sentido do discurso universalizante de cidadania é evidente na declaração de Marco Aurélio Chagas Martonelli, presidente do histórico Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo:

Retoma, assim, o ME seu papel político, representativo dos interesses dos estudantes, reencontrando caminhos para a concretização da cidadania no

país. O impeachment do presidente é ponto de honra para qualquer cidadão, independente de qualquer ideologia. Instituir-se a ética na política, não como privilégio, mas como pressuposto básico para a democracia, será o verdadeiro divisor de águas da História brasileira. (*Folha de São Paulo*, 15/8/92.)

Mas apesar do universalismo da noção de cidadania, a multivalência do conceito o sujeita a interpretações múltiplas e as vezes contraditórias. Assim, atores diversos — desde militantes e intelectuais da esquerda até políticos conservadores e comandantes militares — puderam fazer afirmações entusiasmadas sobre a “nova cidadania” dos jovens, porém com implicações divergentes. Por exemplo, o coronel Erasmo Dias, deputado estadual pelo PDS e ex-secretário de segurança pública (que comandou uma violenta invasão da PUC-SP em 1977, na qual dois mil estudantes foram presos), declarou seu forte apoio ao movimento de 1992:

A sociedade precisa unir-se para dar um basta à atividade criminosa no governo federal. O povo indignado deveria fazer uma tomada do Planalto, como foi a tomada da Bastilha.

Porém, o coronel Dias também procurou subdimensionar o potencial político do movimento, contrariando a interpretação de que as manifestações juvenis foram ligadas ou coordenadas por grupos organizados da esquerda:

Esses grupos, de cuja probidade eu duvido, já não têm força para organizar o que quer que seja. (*Estado de São Paulo*, 24/8/92)

Numa linha parecida, a grande imprensa enfatizou o caráter apartidário do movimento, focalizando a falta de experiência política e a indignação espontânea dos jovens, como na seguinte reportagem da *Veja*:

Na verdade, a quase totalidade dos estudantes que tomaram a Paulista não pertence a nenhum partido e jamais participou de uma reunião política na vida. Eles marcharam, e continuarão marchando, por-

que simplesmente não aceitam que seu país seja assaltado impunemente por corruptos. (*Veja*, 9/9/92)

Por outro lado, políticos e intelectuais da oposição, muitos deles lideranças estudantis no passado, viram na nova cidadania dos jovens o renascimento de uma consciência crítica mais ampla, e a possível revitalização da atividade estudantil organizada. Segundo José Dirceu, deputado federal pelo PT em 1992 e presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo em 1968,

A CPI do PC desvendou para a juventude um quadro cruel: o estado de decomposição moral de nossas elites e os sinais de desagregação social que nosso país enfrenta. A juventude reage com indignação e exige punição, apóia o impeachment e pode ser o estopim da mobilização contra Collor (...) Em sintonia com a juventude, jogando um papel importante nas mobilizações a favor do impeachment, o movimento estudantil pode se reorganizar e assumir seu papel político institucional. (*Folha de São Paulo*, 15/8/92)

Na mesma linha, as lideranças das entidades estudantis, embora se esforçando para parecer apartidárias e representativas de amplos setores da juventude, celebraram a emergência de uma nova politização entre os jovens que indicava seu maior desejo de participação política. Nas palavras de Lindberg Farias, então presidente da UNE e militante do PC do B,

É uma juventude politizada, eles foram os primeiros a ir às ruas defender o impeachment. Essa é uma bandeira extremamente política. A politização dessa juventude se dá no processo, nas ruas, querendo participar. Aí é que vai aprender a resgatar os valores democráticos. (*Folha de São Paulo*, 31/8/92).

Em contraste marcante com o minimalismo político e a indignação puramente “ética” dos comentários conservadores, as entidades estudantis — lideradas por jovens militantes de partidos da esquerda — tentaram ligar a participação de estudantes “como cidadãos” a uma crítica mais ampla da injustiça social, da crise econômica, e da política neo-liberal do governo Collor:

Descontração, irreverência e rebeldia tomaram conta das ruas. De cara pintada a juventude demonstrou estar disposta a construir um país diferente, livre desta quadrilha que assaltou o Palácio do Planalto (...) Uma crise que vai além da falta de ética, da moral dos bons costumes, e que ameaça a própria existência do país, das instituições, de cada um (...) É fome, recessão, arrocho, desemprego, impunidade. No país de abundância, o povo e a juventude no maior sufoco, tudo se faz para manter o plano “neo-liberal”, o plano de desmantelamento do estado público (...) Continua a rebeldia característica de juventude. A capacidade de nos revoltarmos frente à injustiça. (Panfleto de UNE/UBES, 8/92).

Com interpretações tão contraditórias sobre a participação dos jovens nas manifestações de 92, a compreensão dessa “nova cidadania” apresenta um desafio para a pesquisa e a análise. Entre o espontaneísmo dos conservadores e a exaltação dos grupos organizados, como poderemos medir as verdadeiras dimensões desse momento de participação juvenil? Não queremos tampouco cair no ceticismo de atribuir o fenômeno dos caras pintadas somente à manipulação pela mídia ou pelos partidos políticos. Se existiu manipulação (de vários lados), também houve uma experiência orgânica importante, indicativa de mudanças estruturais e culturais, tanto nas vidas e perspectivas dos jovens, quanto na organização social e política da sociedade brasileira. Porém, uma análise dessas mudanças requer uma reformulação teórica do vínculo entre as relações sociais e a dinâmica cultural da formação de identidades e projetos.

A formação de identidade: redes e projetos

Um dos problemas com as tentativas de explicar a participação política de jovens é a utilização de modelos estáticos e deterministas de influência social. Tais modelos têm várias versões, desde a teoria funcionalista de socialização, que explica o comportamento dos jovens como a internalização de normas pré-concebidas, até as análises mais estre-

tas de classes sociais, que reduzem a ação e os interesses do jovem à sua posição nas relações de produção. Sem subestimar os efeitos reais de normas e de classes sociais, precisamos de outros instrumentos de análise mais flexíveis, capazes de compreender o dinamismo, a contingência, e a multiplicidade das experiências e interações sociais. Para entender as mudanças históricas que levaram os jovens da identidade participativa forte de “estudante” nos anos 60 à nova identidade, complexa e contraditória, de “cidadão” nos anos 90, é necessário analisar as transformações nas *redes interpessoais e organizacionais* nas quais os jovens se encontram, e como as estruturas diferenciadas dessas redes influenciam na articulação de *projetos pessoais e sociais*.

A noção de “identidade” em si já coloca uma série de dificuldades teóricas. O problema principal é como reconciliar as pressuposições estáticas, categóricas e substancialistas da palavra com uma visão dinâmica, processual e interativa. Um comentário de Alberto Melucci, teórico dos “novos movimentos sociais”, aponta para as tensões inerentes ao conceito: “A palavra ‘identidade’ é inseparável da idéia de permanência, e por isso pouco adequada para a análise processual que estou defendendo...” (Melucci, 1994). Na tentativa de achar uma saída parcial para esse dilema, alguns pesquisadores de movimentos sociais estão incorporando o trabalho recente da análise de redes (“*network analysis*”) que enfatiza o caráter relacional — em vez de puramente categórico ou atribucional — de identidades, baseadas em redes sociais (Wellman e Berkowitz 1988; White 1992; Emirbayer e Goodwin, 1994). Por exemplo, Doug McAdam (1986, 1988) demonstra que os laços prévios entre estudantes recrutados para o movimento de direitos civis nos anos 1960, junto com a experiência prévia em outros grupos organizados, são os fatores mais importantes que influem no compromisso político dos jovens. Da mesma forma, Roger Gould (1991, 1995) demonstra que foram os *laços múltiplos*, tanto de bairro como de grupos organizados, que influíram no recrutamento para a Comuna de Paris em 1871. Gould introduz o conceito útil de “identidade parti-

participativa”, referente à “identidade social que um indivíduo assume *em uma dada instância de protesto social*” (Gould 1995, 13, grifos no original). Ele demonstra que tais identidades podem ser reformuladas a partir de uma reestruturação das redes de trabalho e comunidade; na França, por exemplo, havia uma mudança da identidade participativa baseada em classe social na Revolução de 1848, para uma outra identidade na Comuna de 1871, baseada na comunidade urbana.

Embora esses trabalhos representem avanços significativos na compreensão do caráter múltiplo e interativo de identidades, eles oferecem apenas uma solução parcial à problemática desse conceito. Ainda sofrem de uma visão substancialista e determinista, vendo identidade como algo pré-existente nas relações sociais, objeto dos “apelos” dos mobilizadores. Por isso não conseguem focalizar o processo fluido e contingente da formação de identidades na interação dinâmica entre o “ciclo de vida” da pessoa, a participação no movimento e as mudanças históricas da época. Para resgatar esse aspecto, é necessário um conceito de identidade como focalizador de projetos, dando direção às ações além de definição aos grupos.

Identidade como reconhecimento

O primeiro passo nessa nova conceituação é a *potencialização* de identidade. O que normalmente entendemos com essa palavra são as qualidades agregadas de categorias sociais, como classe, gênero, raça, ou nacionalidade. Na realidade, esses atributos são simplesmente identidades *possíveis*, que se tornam visíveis, efetivas e relativamente “fixas” apenas quando reconhecidas publicamente por outros, dentro do que Pizzorno (1986) chama de “círculos de reconhecimento.” Esse conceito abarca a dimensão intersubjetiva de redes sociais: cada rede representa um repertório mais ou menos delimitado de reconhecimentos coletivos, que dão sentido e direção aos laços sociais. Redes diferentes — por exemplo, de trabalho, bairro, escola, família — dão visibilidade social às dimensões específicas de ex-

periências que são relevantes naquele círculo, entre a multiplicidade de conexões que poderiam ser feitas. Nesse sentido, não é apenas o atributo ou a posição social que determina a identidade, mas também são as experiências e orientações coletivas dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento. Também implica que em qualquer momento, muitas dimensões de relações — junto com laços ou identidades possíveis — são desarticuladas, não reconhecidas, e por isso relativamente invisíveis nas superfícies de interações públicas.

Identidade como experimentação

Para entender a dinâmica temporal de identidades como influência na ação coletiva, é preciso analisar como elas interagem com o ciclo de vida da pessoa. Como Erikson (1968) e outros mostram, a juventude é um período sensível na formação de identidades, em que as pessoas experimentam várias expressões públicas, procurando reconhecimento no meio de diversos “círculos” (ou redes): família, colegas, escola, trabalho, atividades de lazer e, às vezes, atividade política. Durante esse período de experimentação, eles estabelecem compromissos (ainda provisórios) com laços sociais e significados coletivos, que terão um impacto crítico nas suas opções ao longo da vida. Essas experiências também têm um impacto na emergência de novos “estilos geracionais”, como Mannheim demonstra: “Na juventude, em que a vida é nova, as forças de formação estão apenas vindo a ser, e atitudes básicas no processo de desenvolvimento podem se aproveitar das forças moldantes de novas situações” (Mannheim 1952, 296). Embora a “estratificação da experiência” esteja condicionada tanto por classe social, como por grupos de idade, Mannheim enfatiza que não é apenas a posição social que determina a emergência de uma identidade geracional distinta, pois é necessário que as experiências comuns estejam sujeitas à reflexão consciente dentro de situações históricas de “desestabilização dinâmica.” Isso é facilitado pela participação em “grupos concretos,

onde a estimulação mútua numa unidade próxima e vital inflama os participantes e os ajuda a desenvolver atitudes integradas adequadas aos requisitos de suas posições comuns” (p. 307).

Identidade como orientação

Outra limitação do conceito de identidades é uma tendência a focalizar seu aspecto delineador, quer dizer, as determinações de quem pertence ou não a uma dada categoria ou grupo. Dá-se pouca atenção ao papel de identidades como mecanismos de orientação, usados pelos atores para dar direção e forma à ação futura. Identidades não são apenas categorias sociais que em si dão estrutura e sentido às redes sociais, mas são mobilizadas de forma seletiva, segundo os projetos emergentes dos atores, pelos quais eles tentam resolver conflitos e criar novas oportunidades de ação (Emirbayer e Mische, 1994). Não é apenas a pergunta “quem sou eu?” que os jovens procuram responder enquanto experimentam expressões de identidade, mas também “por onde vou?” Embora as carreiras e trajetórias abertas aos jovens estejam estruturadas pelas posições de classe e pelas instituições sociais e políticas, os jovens também têm algum espaço de escolha, manobra e, às vezes, invenção de caminhos e direções de vida. Experiências dentro de vários locais sociais criam as oportunidades e barreiras, esperanças e frustrações, que levam os jovens a experimentar diferentes futuros possíveis, com mais ou menos receptividade às identidades e projetos pré-concebidos que são oferecidos pela sociedade. Muitas vezes as soluções encontradas implicam em uma fusão de múltiplos “projetos-em-formação”, cristalizados numa dada identidade social. Assim as identidades funcionam mais como *prismas* do que como fronteiras, oferecendo possibilidades para a fusão de projetos pessoais e coletivos que atravessam círculos e redes sociais.

Mudanças estruturais e culturais: 1960-1990

Como será que esse conceito mais dinâmico e interativo de identidade pode nos ajudar na com-

preensão da participação dos jovens brasileiros em episódios diferenciados de ação coletiva? Utilizaremos essas formulações na análise das diferenças históricas entre o movimento estudantil dos anos 60 e os caras pintadas dos anos 90, na tentativa de entender como os jovens foram levados da identidade participativa de “estudante” no movimento anterior a uma outra identidade participativa, qualificada pela noção mais abrangente de “cidadão”, em 1992.

Meu argumento básico é que o período anterior, de 1960 a 1968, serviu como um nexo para a concentração de identidade. A identidade forte de “estudante” se tornou um prisma para múltiplas dimensões dos projetos emergentes dos jovens da classe média universitária, dentro de uma dinâmica radicalizante de oposição política. Isso não se deve a uma lógica intrínseca ou “destino histórico” de estudantes como categoria social, mas resultou da estrutura específica de suas redes sociais, concentradas principalmente na família e, mais importante ainda, nas universidades. Em contraste, o período posterior de reestruturação democrática, nos anos 80 e 90, é caracterizado pela dispersão crescente das redes juvenis. Os anos formativos dos jovens não são limitados à família e às universidades, mas acontecem em contextos sociais, culturais e políticos mais diversos, englobando um campo maior de possíveis (e às vezes contraditórios) projetos pessoais e coletivos. Por isso, a categoria de “estudante” não tem a multivalência necessária para servir como um prisma para a diversidade de projetos-em-formação dos jovens nos anos 90. Daí a necessidade de uma identidade mais abrangente (e ambígua), evidente no universalismo formal de “cidadão.”

Concentração de identidade: os anos 60

Para acompanhar essa transformação, é necessário prestar atenção à estrutura do mundo juvenil universitário nos anos 60. No início da década, esse mundo estava no meio de uma reconfiguração importante, devido ao influxo da classe média no ensino superior do país. Embora a porcentagem dos

jovens no ensino superior continuasse minúscula em relação ao conjunto juvenil do país, esse setor se achava em plena expansão, aumentando de 27.253 estudantes matriculados em 1945, para 142.386 em 1964, o que significa um crescimento linear anual de 12,5% (Cunha, 1983). Até 1971, esse número aumentou para 561.387, um crescimento de mais de 500% ao longo da década dos 60 (Durham, 1993). Segundo a análise de Luís A. Cunha (1983), essa expansão se deve a uma confluência de fatores, incluindo, por um lado, o aumento da demanda pelo ensino superior entre a “nova classe média”, para garantir acesso ao novo setor burocrático das empresas privadas e estatais, e por outro lado, “o atendimento da demanda de ensino universitário por parte do Estado populista”, que removeu as barreiras ao ensino superior enquanto aumentava o número de vagas nas universidades públicas e gratuitas (Martins, 1987, 35). Esse aumento de vagas se deu por meio da “federalização” do sistema universitário, que, começando no final dos anos 50, juntava os estabelecimentos isolados de ensino (particulares, municipais e estaduais) e criava grandes centros universitários, que começavam a ter um papel importante na vida intelectual, cultural e política do país.⁴

Dentro desse quadro, podemos traçar a crescente importância da categoria de “estudante” nas suas passagens por diversas redes interpessoais e organizacionais, durante a tumultuada década de 60. Num estudo revelador sobre os estudantes da Universidade de São Paulo em 1962, Marialice Foracchi descobriu uma alta incidência de estudantes da primeira geração universitária, muitas vezes de famílias de ascendência imigrante. Foracchi demonstra como a ambigüidade da categoria de “estudante” serve como veículo tanto do projeto familiar de ascensão social, quanto do questiona-

mento pelo jovem das expectativas familiares, e a formação de “projetos de carreira” que melhor expressam seus desejos de autonomia e participação dentro do contexto do desenvolvimento nacional do país:

Transformando-se em estudante e procurando dar sentido renovador ao seu projeto de carreira, o jovem está, ao mesmo tempo, reconhecendo os contornos de uma condição alienada, tal como se formula no plano da experiência familiar, e lutando para ultrapassá-la com os recursos de engajamento de que se dispõe como estudante, ou seja, como futuro profissional. (Foracchi, 1977, 299)

Enquanto os jovens passavam do círculo restrito da família para as redes mais complexas da universidade, a identidade estudantil se investia com novas e autônomas significações. Desiludindo-se com as condições inadequadas do ensino nas universidades, que não foram equipadas para atender ao influxo dramático de jovens de classe média, muitos estudantes se juntaram às discussões e manifestações pela reforma universitária no início da década, que para muitos foi o ponto de partida para uma postura crítica e um engajamento maior. Naquele momento, as universidades serviram como os principais centros de intercâmbio intelectual, político e cultural, constituindo uma concentração intensa de círculos de reconhecimento por parte dos estudantes: “Quase toda a vida cultural e comportamental juvenil, mesmo quando não consubstanciada no movimento estudantil, é constituída e se expressa no espaço universitário: das discussões existencialistas à bossa nova, passando pelo projeto de constituição de uma cultura nacional popular do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, pelos festivais de música universitária e pela tropicália: são culturas e estilos de vida identificados aos meios universitários, vividos por universitários” (Abramo 1992, 85).

Essa rica interatividade nas universidades cruzou, naquele momento, com uma nova configuração nas redes organizacionais dos militantes estudantis. A direção do ME estava saindo de uma po-

⁴ No meio da década de 60, 65% das matrículas eram em universidades, a grande maioria instituições públicas (Cunha, 1983, 94.).

larização, na década anterior, entre os grupos udenistas/liberais, que controlavam a UNE de 1950-55, e os grupos vanguardistas da esquerda, hegemônicos pelo Partido Comunista. O início dos anos 60 foi marcado pela ascendência da juventude católica, organizada primeiro na JUC e depois, quando as lideranças se radicalizaram e saíram daquela entidade, na Ação Popular (Souza, 1994; Lima e Arantes, 1984). Essas lideranças conseguiram se compor com diversos grupos da esquerda marxista, formando o dito “grupão”, ao mesmo tempo que expandiam o apoio entre as bases estudantis, ajudando a superar a distância entre essas bases e os grupos vanguardistas: “Melhor do que elas, as organizações católicas canalizaram a insatisfação da juventude da classe média, e sensíveis aos reclamos de um meio que muito bem conheciam, souberam levantar a bandeira da “Reforma da Universidade” (Martins 1994, 2). Nos anos que dirigiu a UNE, esse grupo ajudou a intensificar o intercâmbio político e cultural nas universidades por meio da UNE-volante, onde os diretores da UNE viajavam aos estados para discutir as reformas e mobilizar a “greve do 1/3” pela democratização interna das universidades. Essas viagens foram dinamizadas pelas apresentações culturais do recém formado Centro Popular de Cultura (CPC da UNE), que aumentaram a receptividade dos jovens aos mensagens políticas. Segundo João Roberto Martins Filho, a participação maciça dos estudantes na greve de 1962 “cristalizou um momento da convergência entre a ‘vanguarda’ estudantil e a massa universitária” (Martins 1994, 2), embora a derrota da greve resultasse no deslocamento do interesse da militância das lutas “específicas” universitárias para a busca de alianças “políticas” com setores operários e camponeses (Martins, 1987, 1994).

Depois do golpe de 1964, o movimento estudantil (e a categoria de “estudante”) ganhou uma nova forma de reconhecimento, através da dinâmica do confronto com o Estado militar. Durante os primeiros anos da ditadura, as universidades foram os únicos espaços que restaram de oposição visível e

organizada.⁵ Embora a sede da UNE no Rio de Janeiro tenha sido invadida e incendiada, e as entidades estudantis autônomas banidas (substituídas pelos “diretórios” atrelados ao Estado), o movimento continuou a crescer durante os anos subsequentes. Como uma liderança estudantil comentou, “hoje, é mais fácil convencer um estudante de que ele deve ser contra a ditadura, do que era antes convencê-lo que ele deveria ser contra o capitalismo” (Foracchi 1982, 63). O reconhecimento e aprendizado social dos estudantes, ocasionados pelas manifestações de massa e os conflitos com a polícia, aguçaram tanto a crítica do Estado militar (e seus laços com o imperialismo capitalista), quanto a identidade empolgante dos estudantes como “sujeitos da história”, engajados em projetos revolucionários de transformação social. Ao lado da radicalização crescente dos setores militantes, se viu de novo uma convergência de lutas específicas do meio estudantil — como a crítica ao projeto MEC-USAID e a retomada das bandeiras da reforma universitária — com as lutas políticas mais gerais, contra a ditadura e a interferência norte-americana no desenvolvimento do país. Além disso, o clima foi permeado pela utopia social, a liberalização cultural e a alta seriedade político-moral que caracterizou o movimento juvenil internacional que estava explodindo em várias partes do mundo.

Para resumir, os contextos interpessoais, ideológicos e políticos dos anos 60, vividos principalmente pelos jovens universitários, carregaram a identidade de “estudante” com significados múltiplos capazes de ligar uma variedade de projetos-em-formação. A “atualização” dessa identidade (para usar

⁵ Alguns comentaristas argumentam que, diferente do movimento sindical e camponês, o ME sobreviveu inicialmente depois do golpe militar devido à posição ambígua dos estudantes da classe média, e à ascendência, nos anos 1964-66, de setores “liberais” à liderança estudantil em vários estados, onde no começo simpatizaram com o golpe, embora logo em seguida ficaram disiludidos com a perda da democracia (Martins, 1987).

o termo de Mannheim) e sua capacidade de cristalizar um “estilo geracional” emergente não eram “inerentes” à posição de família, classe, ou geração dos estudantes, mas dependia dos processos de aprendizagem social que ocorriam em vários “círculos de reconhecimento”, através de redes densas e concentradas, ocasionando a radicalização de uma identidade que fôra, no início da década, relativamente restrita e delimitada.

Dispersão de identidade: os anos 90

Três décadas depois do dismantelamento brutal do movimento estudantil dos anos 60, os jovens brasileiros enfrentam uma outra configuração, bastante diferenciada, de seus contextos relacionais e culturais. Uma mudança crítica é que as universidades — e o movimento estudantil — já não se constituem como os centros da vida cultural e política juvenil. Com a crise da esquerda, o fim da ditadura como fator unificador e a abertura de espaços alternativos para participação política, o movimento estudantil perde seu monopólio na mobilização juvenil. A diversificação da experiência da juventude, especialmente com a extensão da “cultura jovem” para jovens trabalhadores e das periferias, é confirmada por estudos recentes sobre os jovens brasileiros durante a “modernização conservadora” dos anos 80:

Descortina-se uma nova configuração do universo juvenil: a crise do espaço universitário como significativo para a elaboração das referências culturais, o enfraquecimento da noção de cultura alternativa como modo de contraposição ao sistema, e a emergência de uma intensa vivência, por parte dos jovens das camadas populares, no campo de lazer ligado à indústria cultural. (Abramo, 1994, 82)

Em contraste com os anos 60, os jovens agora passam seus anos formativos em redes mais dispersas, formadas nas escolas públicas e particulares, nos lugares de trabalho, nos “shopping centers”, nos clubes noturnos, nos bairros e ruas, e em outros espaços de lazer, cultura e sociabilidade (Abra-

mo, 1992; Costa, 1993; Sposito, 1994). Segundo Felícia Madeira, as décadas intermediárias dos 70 e 80 visavam “uma série de modificações que (...) estenderam a identidade jovem para uma parcela maior da sociedade” — entre as quais se destacam o rejuvenescimento (e monetarização) do mercado de trabalho, o aumento das oportunidades de estudo, a penetração dos meios de comunicação de massa, e a difusão do sistema crediário, facilitando o acesso ao consumo para jovens das classes populares (Madeira, 1986). “Ser jovem” não é mais equivalente a “ser estudante”; a identidade juvenil se desloca para fora das universidades, estendendo seu alcance além dos setores médios e abrangendo outras significações, altamente ligadas ao consumo e aos “estilos” culturais.

Ao mesmo tempo, o meio universitário viveu seu próprio processo de diversificação. De 1971 para 1991, o número de matrículas no ensino superior cresceu de 561.397 para 1.565.056, embora houvesse uma estagnação do crescimento durante os anos 80 (Durham, 1993, 8). O excedente de demanda pelo ensino superior que começou a se manifestar no final dos anos 60 foi absorvido em grande parte pelo setor privado, localizando-se com maior frequência em faculdades isoladas, em vez de universidades centralizadas⁶. Em 1990, das 918 instituições de ensino superior, 749 eram estabelecimentos isolados, dos quais 582 eram particulares (Durham, 1993, 10). As universidades públicas também foram descentralizadas, exemplificado no dismantelamento da Faculdade de Filosofia da USP na Rua Maria Antonia, que nos anos 60 foi sede de uma intensa interatividade político e cultural; e sua substituição pelas faculdades fragmentadas e isoladoras da Cidade Universitária, que dificultam a organização política.

⁶ A proporção de estudantes matriculados nas instituições particulares subiu de 44,05% em 1961 para 61,30% em 1991 (Durham, 1993); no início dos anos 90 a porcentagem de instituições privadas estabilizou-se em torno de 75% do total (Sampaio, 1995).

Entre os estudantes dessas faculdades, as condições de trabalho e as redes de sociabilidade também se diversificaram. Numa pesquisa recente sobre universitários em São Paulo e Campinas, Ruth Cardoso e Helena Sampaio anotam que mais da metade dos alunos pesquisados trabalham, uma característica que atravessa atributos como gênero e classe social, embora varie significativamente por curso universitário (Cardoso e Sampaio, 1994). Desse alunos, 48% se socializam com mais frequência com pessoas fora da escola, embora 26% saiam com pessoas dentro e fora da escola, e apenas 12% dão preferência aos amigos do meio escolar (Sampaio, s.d.)⁷. Essa diversificação das redes de estudo, trabalho, e sociabilidade expõe os jovens a influências e pressões diversas, exigindo um certo jogo de coordenação e segmentação entre os diversos envolvimento.

No meio dos grupos organizados, também se vê uma complexificação marcante das formas de participação social e política, embora essas redes continuem a ser densas e entrelaçadas. Jovens com algum interesse político agora podem escolher entre muitas formas alternativas de militância, incluindo partidos políticos, movimentos populares, sindicais e anti-discriminatórios, organizações não-governamentais e associações profissionais. Desde seu reaparecimento nas manifestações pela democratização no final dos anos 70, o movimento estudantil tem se engajado num processo conflituoso de reconstrução, embora ficasse politicamente marginalizado durante a maior parte dos anos 80. Nesse período, a Pastoral de Juventude da Igreja Católica começou a se destacar, focalizando os anseios e esperanças das camadas populares, e formando quadros importantes de lideranças comunitárias e par-

tidárias. Porém, no início dos anos 90 a PJ também se encontra em uma “crise” de reavaliação, distanciada da população jovem mais ampla. Mais recentemente, outros grupos juvenis estão emergindo, desde os movimentos dos negros e homossexuais, até as associações de área e as empresas juniores, localizadas nos cursos universitários. Muitas vezes as redes dos movimentos, partidos, e outras organizações se cruzam, criando novos conflitos e oportunidades vindo da superposição de diferentes projetos e estilos de intervenção. Essas tensões permeiam o campo político-juvenil nos anos 90, influenciando tanto nas relações entre os grupos, como nas dificuldades de atrair mais jovens para a participação política organizada (Mische, 1996b).

A partir dessa breve análise, vimos como as redes interativas dos jovens — junto com os contextos culturais-ideológicos para a formação de identidades — se diversificaram durante os anos 90, tanto para os militantes juvenis como para as juventudes mais amplas. Para muitos jovens, a perplexidade diante desse quadro foi intensificada pelas incertezas e frustrações da década anterior de transição democrática. Os jovens testemunharam as crises e escândalos recorrentes do retorno ao governo civil, junto com as contradições de verem os discursos e formalismos democráticos (incluindo uma nova constituição) ao lado dos vestígios de autoritarismo. Esses vestígios foram especialmente visíveis para os estudantes na resistência de muitas direções escolares aos grêmios estudantis e na represão às greves dos professores no final dos anos 80. Ao mesmo tempo, viviam a ansiedade da inflação crônica, junto com uma recessão econômica que sufocou as aspirações de muitos jovens, de diversas classes sociais. Esses fatores confluíram para sustentar uma ambivalência forte sobre a política, um ceticismo sobre a possibilidade de mudanças institucionais e uma tendência à paralisia política.

Porém, essa ambivalência não significa necessariamente que os jovens fossem acrílicos ou apáticos. Aponta, por outro lado, para a falta de espaços centralizadores ou de identidades públicas unificadoras, capazes de transformar suas críticas so-

⁷ É interessante notar que a preferência de sociabilidade varia de acordo com o grau de centralidade ou isolamento das escolas: nas universidades públicas, 20% saem com pessoas das escolas, enquanto nas escolas isoladas privadas esse número diminui para 12%, chegando a 5,4% nas universidades particulares (Sampaio, s.d.).

ciais — muitas vezes agudas — em ação coletiva. Mas o potencial que poderia ser mobilizado para protesto social ainda estava presente; a simpatia, a indignação e o entusiasmo dos jovens poderiam ser tocados de forma inesperada, como aconteceu em agosto de 1992.

Convergência e interlocução

Embora essa análise das configurações juvenis explicasse a ressonância reduzida da identidade estudantil nos anos 90, ainda não explica por que a categoria de “cidadão” surgiu como alternativa efetiva. Nem explica a dinâmica de articulação dessa identidade no meio de uma convergência política inesperada e multifacetada. Para entender essa dinâmica no contexto da diversificação das redes juvenis nos anos 90, precisamos examinar como a articulação de identidades e projetos atravessa redes distintas, tanto interpessoais como organizacionais. Aqui é essencial o papel de *interlocutores sociais*, com identidades múltiplas, posicionados no cruzamento de vários contextos sociais.

Para entender esse processo, precisamos voltar à ideia dos círculos de reconhecimento: as identidades se tornam visíveis apenas quando reconhecidas por outros dentro de locais específicos de interação. As pessoas que servem como pontes efetivas são aquelas que podem evocar sua multiplicidade de laços (e identidades) para serem “vistas” em uma variedade de contextos sociais, e assim viabilizar oportunidades para conexão e ação conjuntas de diversas pessoas ou grupos. Porém, essas conexões não implicam necessariamente em uma correspondência de objetivos entre todos os setores ligados, pois só funcionam porque atores desligados reconhecem dimensões diferentes de si mesmos na identidade multivalente da “pessoa-ponte”, que assim serve como um “prisma” para projetos diversos. Por isso, as ligações formadas são sempre ambíguas, experimentais e, às vezes, contraditórias, embora possibilitem alianças provisórias e conjunturais. Como qualquer intermediário, tais interlocutores podem também colher benefícios próprios dessas ar-

ticulações, embora as vantagens possam tomar a forma não-material de liderança ou status dentro das várias redes conectadas através deles.

No contexto brasileiro, uma ponte importante se constrói por meio do fenômeno da “militância múltipla”, no caso de jovens que são simultaneamente lideranças no movimento estudantil, nos partidos políticos, nos grupos da igreja, ou em outros movimentos e organizações. Apesar das afirmações da “autonomia” dos movimentos e protestos contra a “partidarização” das entidades, na verdade, as redes de liderança são extremamente interligadas. Facções do movimento estudantil são intimamente ligadas à participação em partidos e tendências de esquerda — um fator que não quero denunciar como falha-base, como fazem muitos outros críticos, pois aparece quase como uma necessidade estrutural dentro da complexa organização da sociedade civil e política dos anos 90, onde o engajamento nas “lutas institucionais” faz parte das estratégias e repertórios dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que o caráter denso e entrelaçado dessas redes — onde os militantes falam muito entre si e pouco para quem está fora — tem tido consequências negativas para o movimento. Contribui para a desilusão de muitos jovens com a política estudantil organizada e as entidades históricas do ME, que eles vêem como distantes de suas preocupações e aspirações. Com efeito, os laços fortes e identidades restritas dos militantes têm reforçado uma tendência ao auto-isolamento do ME, devido à falta de ressonância com as identidades mais dispersas dos jovens brasileiros.

Durante as manifestações pelo impeachment, porém, alguns interlocutores novos entraram em cena que foram capazes de renovar tanto os vínculos fortes dentro do ME e da esquerda, quanto os laços mais amplos com outros setores juvenis. Um exemplo marcante aparece na pessoa de Lindberg Farias, que virou herói popular em decorrência das manifestações. Lindberg também foi militante do PC do B, que controlara a direção da UNE desde a reconstrução da entidade em 1979 (com exceção dos anos 1987-1991, quando foi dirigida majori-

tariamente pelo PT). Por causa de suas múltiplas identidades públicas, Lindberg foi a figura ideal para construir a ponte entre o movimento estudantil tradicional, os projetos da esquerda, e as experiências dispersas da geração “shopping center.” Embora filho de ativistas políticos, um “socialista convicto” e uma militante comunista de muitos anos, ele projetou uma imagem bonita e charmosa, com um vocabulário jovem que ajudou a quebrar a estereotipia do militante chato e barbudo. Assim ele conseguiu se projetar para fora das redes militantes, aparecendo nas manifestações (e na mídia) como figura simpática e inteligente na qual os jovens de classe média poderiam reconhecer suas próprias experiências e aspirações. Como já vimos, Lindberg conscientemente subordinou sua orientação socialista, declarando que “como presidente da UNE, represento os interesses dos estudantes brasileiros e tenho posições mais amplas” (*Folha de São Paulo*, 31/8/92). Nas passeatas, como nas inúmeras entrevistas, ele abraçou seu papel de pessoa-ponte, enfatizando a convergência de diversos setores de jovens:

Eram 20 mil jovens. Diversos os rostos. Desde os que usavam camisetas de Che Guevara até os frequentadores de shopping centers. Estudantes pesquisadores, bolsistas do CNPq, junto a metaleiros e skatistas. Todos, revoltados, pediam o impeachment do presidente. Foi a passeata do grito indignado de uma juventude que acredita na mudança no Brasil. (*Folha de São Paulo*, 15/8/92)

Para não supervalorizar o papel do indivíduo, é importante lembrar que Lindberg não agiu sozinho, nem em relação a sua própria corrente política, nem em relação às outras forças ativas no movimento pelo impeachment. A própria eleição de Lindberg como presidente da UNE se deve a uma mudança explícita de estratégia dentro do ME, que estava sendo articulada nas várias forças políticas desde o final dos anos 80. Por exemplo, a juventude do PC do B começara a destacar uma “nova mentalidade” entre os jovens, que estaria mais voltada para cultura, esporte, ecologia e outras formas mais

leves e alegres de participação social (embora essa mentalidade ainda pudesse levá-los a uma crítica mais aprofundada das barreiras impostas aos jovens pelo sistema capitalista). De tal maneira, essa corrente tentava focalizar as novas aspirações e frustrações dos setores médios estudantis, nas escolas secundárias e nas faculdades públicas e particulares. Nas outras alas da militância, incluindo alguns setores do PT, surgiu uma discussão paralela sobre as novas preocupações dos jovens, não necessariamente concentradas nas universidades, porém mais dispersas nos movimentos sociais e sindicais, e nas expressões culturais das periferias.

Enquanto tais discussões levaram muitos militantes petistas a desvalorizar o engajamento no ME, o PC do B manteve seu investimento na potencialidade estudantil. Devido à sua tenacidade na disputa pelo controle das entidades estudantis, essa corrente conseguiu colocar Lindberg numa posição, em 1992, que o permitiu desfrutar de uma explosão política que nem ele nem o partido previam. À frente da entidade histórica dos estudantes, e com a ajuda da militância partidária, Lindberg cresceu como liderança dentro de seu papel múltiplo, como porta-voz emergente do movimento, articulador suprapartidário das lideranças estudantis e mobilizador-relâmpago da logística e infraestrutura das passeatas. Especialmente notável foi uma colaboração entre as direções da UNE e do Centro Acadêmico XI de Agosto, que sediou o ato que fechou a primeira passeata, forjando uma aliança provisória entre os comunistas e os social-democratas em nome do projeto mais amplo da defesa da cidadania.

Por outro lado, se Lindberg, junto com a UNE e os partidos políticos souberam aproveitar e canalizar a conjuntura emergente, eles também foram usados por atores e forças distintas — e muitas vezes alheias — a seus próprios projetos políticos. Já vimos como a grande imprensa, os políticos diversos, e até os ex-representantes do Estado militar, concorreram para oferecer seus elogios aos jovens manifestantes, embora enfatizassem a visão espontaneísta e puramente ética da cidadania. O papel da imprensa foi especialmente importante aqui, pois

Lindberg deve sua extraordinária projeção social em grande parte à sua “adoção” como menino-dos-olhos da imprensa, que aumentou mil vezes o poder “prísmico” de sua posição multivalente. A mídia também operou no sentido de possibilitar que milhares de jovens, em redes dispersas e desorganizadas, soubessem com antecedência do percurso das manifestações, e assim pudessem se juntar a partir de mil focos informais nas escolas, nos bairros, nos locais de trabalho e de sociabilidade. O descaso dessa mesma mídia com os projetos maiores do ME se evidenciou no ano seguinte, quando foi lançado um ataque feroz contra o “sectarismo” e a “visão antiquada” que a imprensa visava nas entidades estudantis.

Reconfigurações emergentes

O ponto de partida da análise desenvolvida aqui é a necessidade de reexaminar a participação juvenil a partir da intersecção de duas óticas diferentes: 1) da estrutura relacional e cultural dos mundos juvenis num dado momento histórico, e 2) da estrutura dos grupos organizados, que serve, às vezes de maneira ambígua e contraditória, como “ponte articuladora” na fusão de projetos pessoais e coletivos. Contra os perigos gêmeos do espontaneísmo e iluminismo, procuro localizar os pontos de conexão e de distanciamento entre essas óticas, e ver como influem na formação de novas identidades e práticas políticas. Restam três linhas de indagação, que abro brevemente aqui como indicativas para o estudo mais amplo que estou elaborando sobre movimentos juvenis brasileiros nos anos 90.

De que maneira a nova identidade de “cidadão” está funcionando como ponte-articuladora dos movimentos juvenis? Como vimos acima, a resposta é muito mais complexa do que se imagina, devido às interpretações tão diversificadas do sentido e prática de “cidadania” (Mische, 1996a). A trajetória do discurso cívico no Brasil, desde seu reaparecimento nos movimentos populares e sindicais no final dos anos 70, passando por sua expansão com os movimentos anti-ditatoriais e anti-dis-

criminatorios (dos negros, mulheres, povos indígenas, homossexuais, etc.), até sua recente apropriação pelos setores consumidores e empresariais, revela sua capacidade de veicular projetos divergentes dentro da linguagem universalista de direitos e responsabilidades. Assim, coloca-se uma questão ideológica de fundo: nesse cruzamento, quais projetos substantivos estão ganhando campo em relação à futura direção política e econômica do país? As divergências nesse ponto aparecem no meio dos grupos organizados, e se evidenciam na falta de uniformidade na adoção da identidade cívica: em alguns contextos, os jovens abraçam essa identidade com convicção e energia, embora em outros, tenham bastante ambivalência e disputa ideológica sobre o alcance e os limites do conceito. Porém, dois aspectos do universalismo do conceito de “cidadania” merecem mais atenção: como essa linguagem está sendo mobilizada para articular conexões com setores mais amplos da juventude, como vimos acima; e talvez mais criticamente, como o discurso cívico também serve para estabelecer parâmetros éticos de comunicação interna entre os próprios grupos organizados, dada a heterogeneidade e complexidade do campo político-juvenil nos anos 90.

Como as redes organizacionais juvenis estão se reconfigurando, em decorrência das manifestações de 1992? Embora os caras pintadas aparentemente tivessem se ausentado do cenário nacional logo após o impeachment, as manifestações juvenis tiveram um forte impacto nas redes organizadas, reforçando um processo de reavaliação interna que os militantes ainda estão tentando desenrolar. O ME se ocupou em canalizar o influxo de energia e reconhecimento social que ganhou com o impeachment, se empolgando na tarefa de formar grêmios estudantis e revitalizar os centros acadêmicos e DCEs. Embora o número de entidades estudantis tenha claramente aumentado, especialmente nos meses imediatamente após o impeachment, os dados sobre a quantidade de novas entidades são bastante incertos; e a compreensão do papel que elas exercem nas diversas cidades e regiões do país requer um levantamento sistemático. Além disso, é importante analisar as

reconfigurações das relações entre os diversos grupos organizados, não apenas em relação às correntes políticas tradicionais, mas também visando a relação do ME “geral”, simbolizado pela entidade histórica da UNE, com os outros movimentos e organizações mais “específicos” (do ponto de vista do ME), incluindo o movimento negro,⁸ os movimentos de área (ligados aos cursos universitários), as empresas juniores, e outros setores que se organizam fora do meio escolar ou universitário, como os movimentos sindicais, religiosos e comunitários. A necessidade de tal análise está colocada pelo caráter majoritariamente branco e de classe média dos caras pintadas e das lideranças estudantis, apesar do presidente da UNE eleito em 1996 ser negro e usar este fato como bandeira da entidade. A marginalização da questão racial na política estudantil foi salientada por universitários negros no Congresso da UNE de 1993 sob a bandeira: “A juventude negra não tem cara pintada.” As relações muitas vezes conflituosas entre esses setores, além de tentativas recentes de aproximação, apontam para uma reformulação (ainda em progresso) dessas relações, cujos parâmetros precisam ser melhor compreendidos.

Existem sinais do advento de uma consciência “cívica”, embora difusa, entre setores mais amplos da juventude? Essa pergunta é mais difícil para se responder, especialmente do ponto de vista de uma pesquisa que focaliza os grupos organizados. A pressuposição básica aqui é que um evento público de tais proporções como o impeachment, amplamente divulgado e celebrado nos meios de comunicação de massa, não poderia passar sem deixar alguma marca nessa coorte de jovens brasileiros. Porém, dada a diversificação das redes e setores juvenis, e a grande dispersão de identidades e projetos-em-formação, seria difícil delinear as vá-

rias manifestações assumidas por essa nova “consciência de cidadania.” Para não incorrerem no retrato individualista e desinteressado da juventude, é importante indagar sobre a existência de novas maneiras de articular projetos pessoais e coletivos, talvez sem a grande escala utópica das décadas passadas, porém mostrando outras formas, mais pragmáticas e delimitadas, de ligar as preocupações e aspirações pessoais com visões mais amplas da sociedade e seus problemas. Os sinais recentes de maior interesse estudantil pelas organizações específicas de curso, além da emergência de várias formas contestadoras de expressão cultural, apontam para algumas possibilidades nesse sentido, embora as tendências ao corporativismo e/ou ao recuo político desses setores também precisem ser analisadas.

Conclusão

As influências a médio e longo prazo das manifestações de 1992, tanto para os jovens como para a cultura política democrática no Brasil, ainda estão para ser vistas. Depois das passeatas, a maioria dos caras pintadas voltaram para suas redes dispersas nas escolas, trabalhos e shopping centers. Embora mais alguns se juntaram aos movimentos organizados, esses ainda constituem um grupo pequeno. Não se pode dizer que as passeatas “causaram” o impeachment do presidente Collor, embora certamente contribuíram nessa direção. Porém, elas ajudaram a provocar um momento dramático de diálogo social, no qual os discursos e repertórios da cultura cívica podiam ser reformulados.

Meu argumento é que a interlocução social de atores como Lindberg Farias funcionou em direções diversas: ajudou a dar identidade e orientação aos jovens nos atos pelo impeachment, ao mesmo tempo que contribuiu para a rearticulação dos discursos e projetos dos setores organizados (da esquerda e talvez da direita também), na tentativa de captivar o engajamento de uma coorte de jovens muito diferenciada daquela de três décadas atrás. Esse processo certamente não começou com Lindberg, pois as auto-reflexões da esquerda já estavam acon-

⁸ Como fui lembrada enfaticamente por jovens universitários engajados no movimento negro, do ponto de vista deste, é o movimento estudantil que aparece como movimento “específico”, em relação à luta mais abrangente contra o racismo.

tecendo havia algum tempo, como parte de um diálogo interno — às vezes doloroso — decorrente das mudanças no Leste Europeu. Porém, a alta visibilidade de Lindberg, dentro do clima intensificado de indignação e debate público, criou um círculo multivalente de reconhecimento, um prisma forte no qual os projetos políticos no processo de reformulação poderiam alcançar setores mais amplos da sociedade. Se ele foi usado por diversas forças políticas, ele também se aproveitou de uma dinâmica que lançou aprendizados sociais em vários sentidos. Nesse processo, criou-se a possibilidade de uma refocalização de discursos políticos no sentido mais abrangente de cidadania, e a incorporação desse discurso aos estilos emergentes de participação, especialmente entre jovens recebendo suas primeiras experiências formativas na esfera pública.

Assim, a inflexão de múltiplos projetos-em-formação no universalismo ambíguo de cidadania serviu para criar pontes — pelo menos momentaneamente — entre as redes densas dos militantes e as redes juvenis mais dispersas, contribuindo tanto para a mobilização da ação coletiva, quanto para as interpretações subsequentes dessa ação no debate público. A manutenção dessas pontes — e suas significações substantivas para o futuro do país — ficam como desafios no complexo mundo juvenil do final do século.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel, (1992). *Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social*. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia).
- _____, (1994). *Cenas Juvenis: punks e darks no espectáculo urbano*. São Paulo: Scritta/ANPOCS.
- BURT, Ronald, (1992). *Structural Holes: The Social Structure of Competition*. Cambridge: Harvard University Press.
- CUNHA, Luiz A., (1983). *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CARDOSO, Ruth, SAMPAIO, Helena, (1994). Estudantes universitários e o trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26.
- COSTA, Márcia Regina, (1993). Os “Carecas do Subúrbio”. Rio de Janeiro: Vozes.
- DURHAM, Eunice Ribeiro, (1993). O sistema federal de ensino superior: problemas e alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23.
- EMIRBAYER, Mustafa, GOODWIN, Jeff, (1994). Network analysis, culture, and agency. *American Journal of Sociology*, 99:6.
- EMIRBAYER, Mustafa, MISCHE, Ann, (1994). *What is Agency?*. Los Angeles, August 5-9 1994. (Paper presented at the Conference of the American Sociological Association)
- ERIKSON, Erik, (1968). *Identity: Youth and Crisis*. New York: W. W. Norton.
- FORACCHI, Marialice, (1977). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____, (1982). *A participação dos excluídos*. São Paulo: Hucitec.
- GOULD, Roger, (1991). Multiple networks and mobilization in the Paris Commune, 1871. *American Sociological Review*, 56.
- _____, (1995). *Insurgent identities: Class, Community, and Insurrection in Paris from 1848 to the Commune*. Chicago: University of Chicago Press.
- LIMA, Haroldo, ARANTES, Aldo, (1984). *História da ação popular: da Juc ao PCdoB*. São Paulo: Alfa-Omega.
- MADEIRA, Felícia, (1986). Jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e surgindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, 58. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- MANNHEIM, Karl, (1952) [1928]. The problem of generations. In: *Essays on the Sociology of Knowledge* (trans. P. Keckemeti). New York: Oxford University Press.
- MARTINS FILHO, João Roberto, (1987). *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas, SP: Papirus.
- _____, (1994). Os estudantes e a política no Brasil (1962-1992). *Teoria e Pesquisa*, 10. Centro de Educação e Ciências Sociais: Universidade Federal de São Carlos.
- McADAM, Doug. 1986. “Recruitment to High Risk Activism: the Case of Freedom Summer.” *American Journal of Sociology*, 92.
- _____, (1988). *Freedom Summer*. New York: Oxford University Press.

- MELUCCI, Alberto, (1994). The process of collective identity. In: Johnston, H., Klandermans, B. (eds.). *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- MISCHE, Ann, (1996a). Projecting democracy: the formation of citizenship across youth networks in Brazil. In: TILLY, Charles (ed). *Citizenship, identity and social history*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- _____, (1996b). Redes de Jovens. *Teoria e Debate*, 31.
- PIZZORNO, Alessandro, (1986). Some other kind of otherness: a critique of rational choice theories. In: FOXLEY, A., McPHERSON, M., O'DONNELL, G. (eds.). *Development, democracy, and the art of trespassing*. Notre Dame: University of Notre Dame Press.
- SAMPAIO, Helena. (1995). O marketing do ensino superior no Brasil. Texto preparado para ANPOCS.
- _____, (s.d). Sociabilidade dos jovens universitários. (Texto para discussão).
- SOUZA, Luis Alberto Gomez de, (1984). *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes.
- SPOSITO, Marília Pontes, (1994). A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, 5:1-2. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo.
- WELLMAN, Barry, BERKOWITZ, S.D. (eds.), (1988). *Social structure: a network approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WHITE, Harrison, (1992). *Identity and control*. Princeton: Princeton University Press.